



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ MARIA DOS SANTOS

CONSELHO GERAL

Ata número Vinte e Nove

Aos vinte e oito dias do mês de Janeiro do ano dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Escola Sede do Agrupamento, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, convocado pelo respetivo Presidente, Prof. Jose Sousa, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- Ponto 1.** Leitura, discussão e votação da ata número 28 do Conselho Geral, relativa à reunião de 29 de outubro de 2014.
- Ponto 2.** Apresentação e discussão das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento de acordo com a alínea h) do artigo 13º do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho.
- Ponto 3.** Apreciação das alterações introduzidas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento, aprovado no último Conselho Geral em face das sugestões apresentadas.
- Ponto 4.** Análise da proposta de Projeto Educativo do Agrupamento: Definição de metodologia de concretização e aprofundamento.
- Ponto 5.** Apresentação das Associações de Pais e Encarregados de Educação: Iniciativas e Plano de Atividades.
- Ponto 6.** Apresentação dos índices de concretização da carta de missão da diretora do agrupamento entre maio de 2013 e dezembro de 2014
- Ponto 7.** Outros assuntos.

Nesta reunião estiveram presentes os membros que constam na folha de registo de presenças anexa à presente ata.

Às 18H45, o Presidente do Conselho Geral, Professor José Carlos Matias de Sousa, deu início à reunião, desenvolvendo-se os trabalhos como a seguir se indica.

Ponto 1. Leitura, discussão e votação da ata número 28 do Conselho Geral, relativa à reunião de 29 de outubro de 2014.

Após a leitura da ata referente à reunião do Conselho Geral de 28 de outubro, esta foi submetida a votação.

Da votação resultou a aprovação da mesma por maioria dos 16 presentes, sendo de registar zero votos contra, cinco abstenções e onze votos de aprovação.

Ponto 2. Apresentação e discussão das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento de acordo com a alínea h) do artigo 13º do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho.

Este ponto começou com uma intervenção da Professora Natividade, que indagou aos presentes se haviam compreendido os Mapas apresentados e se as verbas da autarquia estavam devidamente explicitadas.

Informou ainda que na elaboração dos Mapas tem havido a preocupação de ir ao encontro das reais e regulares necessidades interpretativas, daí na versão deste ano os Mapas surgirem com denominações que visam facilitar a leitura.

Assim, começou por apresentar o Mapa A, referente ao Orçamento de Estado, que respeita à Escola Sede e à Educação Pré-escolar – atividade 190 – verbas para a educação pré-escolar - atividade 199-, ensino especial e a intervenção precoce.

Prosseguiu dizendo que havia sido requerido pela Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira que as verbas fossem cabimentadas para cada um dos blocos, pelo que o Conselho Geral deve ponderar e orientar a distribuição destes valores para que estes sejam apresentados nos blocos conforme se considere necessário.

A Professora Natividade passou então à apresentação do Mapa B, referente à atividade 192 – isto é, à Escola Sede. Neste âmbito apresentou a análise da

despesa realizada nos últimos anos. Informou ainda que o gabinete tem ido ao encontro da proposta remetida de apresentação por bloco e rubrica.

Continuou, explicitando o Bloco C – receita própria, com uma panorâmica do 1012, 13 e 14; o 190 pré-escolar; o 191 1º ciclo, 2º ciclo e o pré-escolar.

Passando ao ano de 2014, a Professora Natividade, começou por identificar a receita a ter em conta, explicitou depois os subsídios da autarquia, da junta, da receita do bufete e dos jogos. Informou ainda que esta receita é inscrita na 123, mas que a partir de 2014 as receitas da CMP entram no Mapa D.

Assim, sublinhou, o que está referido na 123 é de anos anteriores – essas receitas a partir 2014 passam a estar separadas da Escola Sede. À medida que se acaba o saldo da 123 passará a ser só para a 2/3, o 1º Ciclo e pré-escolar fica na rubrica 129.

A Professora Natividade referiu ainda que foram bastante intensas as conversações tidas com a autarquia, no que respeita às fotocopiadoras.

Na sequência deste processo, já foi apontada uma verba que engloba já o subsídio da CMP, que se prevê vir a ser recebido no fim de fevereiro, e que terá um montante de 10582 euros.

Para a adequada orçamentação no âmbito desta rubrica, planeou-se um gasto de 6,50 euros por criança/aluno e orçamentou-se em função do número de alunos por escola e estabelecimento.

Foi ainda referido que os contratos da empresa *Konica* embora sendo limitados, no entanto as coordenadoras têm conseguido o seu cumprimento, pelo que não têm havido excedentes.

Contudo, a Escola Zeca Afonso está a exceder regularmente o número de cópias, mas como o estudo elaborado tem a ver com o contrato em termos globais acaba-se por cumprir o número planeado.

Sublinhou-se que atualmente restam 4.744 euros para tudo o resto, podendo concluir-se desde já que não será suficiente, pelo que se pode antever que será necessário recorrer ao saldo da rubrica 123 dos anos anterior.

Nesta perspectiva a Professora Natividade apelou ao rigor das Coordenadoras.

Passando ao Mapa de 2014, a Professora Natividade referiu que a junta de freguesia não entregou uma *tranche* de 5 mil euros referente ao 1º período. Acentuou que apenas foram entregues 10 mil euros, havendo presentemente um saldo de 200 euros. No que se refere à Junta de Palmela – Batutes- foi referido que será atribuído o valor habitual.

A Professora Natividade assinalou que o Presidente, Prof. José Sousa, remeteu uma proposta de texto que foi analisado pela direção.

Neste âmbito a Professora Natividade avançou que tem uma proposta de melhoria de texto, no entanto, esta apresenta uma gralha no parágrafo 3, rubrica relativa aos combustíveis, onde se afirma que deve ser prevista uma diminuição.

A Prof.^a Natividade sustenta que pelo contrário deve ser aumentada, pois não é só pela máquina da relva mas também pela cantina que tem um aumento considerável.

Sublinhou pois que deve ser aumentada, bastando reparar nos valores dos anos 2012, 2013, 2014, pelo que se deduzir os 28 094 euros da empresa de limpeza, vinda este ano pela primeira vez, facilmente se verifica que o aumento da despesa é considerável (37, 38, 40, 42 mil euros), neste bloco C.

Assumindo a palavra, o Presidente, Prof. José Sousa passou a referir-se à remoção das placas de fibrocimento da escola sede, retiradas dos campos exteriores. Acentuou que no projeto de orçamento deverá estar referida a substituição de tetos nos blocos e cantina, pois verificam-se entradas de água da chuva em virtude de os telhados apresentarem fendas, logo é uma situação que há que registar nesta proposta de orçamento. Acentuou que há que reforçar a intervenção junto da DGESTE.

Prosseguindo o Presidente, Prof. José Sousa, reafirmou que o parecer emitido foi de que fosse retirada toda a estrutura e não apenas a dos corredores exteriores.

Interpelou ainda, se efetivamente se vão retirar as placas da portaria e se a opção é retirar de todas que possam estar em contacto direto, interrogou igualmente se os balneários não são intervencionados já.

Complementou, referindo que o Secretario de Estado com a tutela, terá proferido na radio afirmações no sentido de que todas as intervenções neste âmbito já se encontravam concluídas.

A Diretora, Professora Guilhermina, esclareceu quanto a este assunto que tem o pedido de extensão da remoção feito à DGESTE. Porém, como em Agosto a Escola foi visitada por uma engenheira da DGESTE, a Dr.^a Odete Freitas, pois esta achou exagerado o número de metros dos telheiros. Assim, a Dr.^a Odete Freitas visitou a escola e mediu os telheiros, inviabilizando qualquer hipótese de uma solução negociada.

Perante esta explicação o Presidente, Prof. José Sousa, referiu que se deve continuar a pressionar, pois a intervenção nos blocos é urgente.

A Diretora, Professora Guilhermina, afirmou que a remoção foi às pressas porque esta escola não foi a única intervencionada. Foram várias ao mesmo tempo e durante os fins-de-semana.

Afirmou que ainda faltam os perfis e os plásticos, tendo sido já enviadas fotografias explicitando a situação, pelo que a Direção não pode fazer mais nada.

Prosseguindo o Presidente, Prof. José Sousa, propôs a aceitação das inclusões sugeridas pela Prof.^a Natividade, em relação aos blocos e cantina. Contudo, afirmou que lhe parece haver pouco investimento em livros e documentação técnica, pelo que deve haver um esforço para dotar a escola deste equipamento.

A este respeito a Prof.^a Natividade afirmou que este equipamento se encontra previsto noutra rubrica, no material de educação de cultura e recreio. Assim sempre que há necessidade é pedida. Acentuou ainda que o investimento 5 mil em livros é uma percentagem importante, basta atender a só em luz se paga 40 mil euros anual.

O Presidente, Prof. José Sousa, sublinhou que considera que essa rubrica deve ser reforçada.

Porem, a Prof.^a Natividade referiu que se devem evitar os orçamentos altos para que não venham cortados. Deve optar-se pela apresentação de valores objetivos e rigorosos, seguindo as indicações do ministério.

Concluindo neste âmbito, a Prof.^a Natividade acentuou estar plenamente convencida de que se fez um enorme esforço para poupar. Nesta perspetiva referiu que está previsto apresentar um orçamento de 118 mil euros.

De seguida a Prof.^a Conceição interpelou no sentido de esclarecimento da rubrica 129 atividade 191, que apresenta 34 mil euros despesa efectuada, no ano 2014 com o 1º ciclo. Foi esclarecido que se trata de um modelo novo.

Os subsídios da CMP são inseridos numa rubrica diferente, subsídio da CMP para auxílios económicos para o 1º ciclo – mapa específicos para subsídios.

Acentuou-se que no ano 2013, 1º ciclo registou uma diminuição drástica nas comunicações, pelo que ainda não foi possível fazer uma diminuição maior.

A este respeito a Prof.^a Natividade referiu que na escola sede já foi retirada uma das empresas de comunicações, trabalhando-se agora só com uma empresa e não duas como anteriormente.

A Prof.^a Conceição apontou a necessidade de investir nas fardas do pessoal não docente. Afirmou-se que em termos de apresentação já está previsto.

A representante da Câmara Municipal Fernanda Rôlo sublinhou que os saldos existentes na rubrica 123, não devem ser considerados saldos da Câmara mas sim do agrupamento. Reiterou que este montante foi gerado ao abrigo de um protocolo cuja gestão foi feita pelo agrupamento, pelo que o saldo se deveu a uma rigorosa gestão do refeitório. Logo, deve agora o agrupamento aloca-la às necessidades identificadas.

Relativamente ao apoio financeiro para funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, prosseguiu, dizendo que a autarquia tem consciência que as verbas transferidas não são as necessárias, contudo, ressalva que a atribuição desta verba não é uma competência da autarquia. A mesma resulta de uma decisão política.

Explicou que, por exemplo, o apetrechamento dos equipamentos educativos (mesas e cadeiras) e os transportes escolares são uma competência da autarquia, o que não é o caso.

Concluiu, referindo que apesar desta situação, a autarquia este ano fez um esforço financeiro e aumentou o valor/aluno do apoio financeiro para funcionamento.

A Prof.^a Natividade, reforçou a perspectiva apresentada, dizendo que por vezes as pessoas não têm conhecimento desse facto, havendo Professores e porventura alguns EE que pensam que é uma obrigação da autarquia.

A representante da Câmara Municipal Fernanda Rolo referiu ainda que a higiene e limpeza é uma competência legal das juntas de freguesia, devidamente legislada.

A Prof.^a Dora referiu que de facto não tinha a noção que essas verbas transferidas não eram obrigação da Câmara .

A profa. Dora questionou de seguida se estava previsto investimento nos equipamentos informáticos. Acentuou que à uma necessidade premente desse investimento, bem como nos serviços de assistência técnica, actualmente realizados por um único elemento. Reiterou ainda que as escolas mais antigas são as mais prejudicadas.

A representante da Câmara Municipal, Fernanda Rôlo, esclareceu que é competência da autarquia o apetrechamento ao nível do equipamento informático, pelo que se encontra concluído um processo de adjudicação para aquisição deste.

Concluindo o presente ponto, o Presidente, Prof. José Sousa, sublinhou as seguintes questões a reter; a questão dos fardamentos (imagem da escola), que devem ser repensados; a questão de manter as dotações dos combustíveis; a questão dos equipamentos informáticos que devem ser repensados; e a questão das placas de fibrocimentos, em que a substituição se deve estender às salas dos edifícios e cantina.

Ponto 3. Apreciação das alterações introduzidas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento, aprovado no último Conselho Geral em face das sugestões apresentadas.

O Presidente, Prof. José Sousa, lembrou que Plano Anual de Atividades do Agrupamento tinha sido aprovado no último Conselho Geral, sob reserva de introdução das alterações assinaladas.

Proseguiu, recordando que havia sido acordado que os coordenadores de departamento do 1º ciclo se deveriam juntar e procurar um matriz única que ficasse para outros anos.

Afirmou ainda que o PAA é um documento estruturante e deve ser dinâmico. Assim entende-se que o PAA deve ficar fechado fazendo-se no final a análise do que foi cumprido e do que não foi. Concluiu que as atividades não precisam de ser retiradas, aliás não podem ser retiradas.

A Diretora, Professora Guilhermina, esclareceu que advertiu no Conselho Pedagógico que não se devia alterar nada.

A representante da Câmara informou que a Câmara inseriu uma actividade, início de um projeto piloto no ano passado, o das refeições escolares durante as interrupções letivas. Esta situação no verão é mais complicada, pois os alunos não estão cobertos pelo seguro, a não ser que a actividade esteja prevista no PAA.

Atendendo a que no passado ano a CMP teve de fazer um seguro para este projecto, solicitou agora a representante da Câmara que para o presente ano, mantendo-se o projecto, deve agora estar mencionado no PAA. Logo não sendo essa a situação, deve ser contemplada, pelo que deve ser incluído.

O Dr. João Diegues tomou a palavra referindo que embora não constando da ata anterior as atividades da saúde. No entanto, considera que como o projeto está a ser feito deve constar do PAA.

Explicitou ainda, que algumas actividades estão a ser incluídas na formação. No entanto o que é feito pelos técnicos de saúde devem entrar no projeto “Educação para a Saúde”. Pediu assim que fosse feita a rectificação, no sentido de que as atividades que estão dispersas sejam compiladas e colocadas na seção Educar para a Saúde.

A este propósito salientou que a Educação para a saúde não é um departamento, está-se antes perante um Programa de Educação para a Saúde, acentuando-se

que a parceria com o Ministério saúde já tem raízes, pelo que faz sentido estar na Educação para a Saúde por temas.

A Professora Rosaria Arroja referiu que nas páginas 4, 10 e 16 do PAA se verifica uma confusão. Assim onde aparece divulgação da língua inglesa e deve ser divulgar / sensibilizar e divulgar. Na página 10 aparece criar em vez de criação e na página 16 participar em vez de participação.

Propôs ainda a existência, no PAA, de uma coluna para despesas e uma maior especificação no que se refere ao custo por aluno ou por actividades, separando-se os recursos dos custos.

Quanto às repetições que aparecem p11 e p15, com a mesma atividade mencionada “ ler para os amigos”, foi verificado que a ultima versão já está corrigida. Há agora mais facilidade na leitura e uma noção mais clara.

Concluindo, no que a este ponto se refere, o Presidente, Prof. José Sousa, começou por referir ao Dr. João Diegues que, embora na última ata se tenha procurado transcrever tudo ao detalhe, e posteriormente se tenha procedido à respectiva revisão pela equipa para que não houvesse nenhuma falha, porem não há outra alternativa e vai-se alterar.

Já no que se refere à questão levantada pela representante da Câmara, afirmou que é uma questão nova que terá de ser vista e refletida. Acentuou que a escola terá todo o interesse em dar apoio ao projeto, já que a causa é nobre. Além disso está-se perante uma parceria que já existe no terreno.

Por fim, referiu que deve ser atendida a sugestão da coluna mais específica para os custos.

Após esta síntese, submeteu-se a mesma à votação tendo resultado a sua aprovação.

Após esta aprovação a CMP solicitou a correspondente formalização no PAA.

Ponto 4. Análise da proposta de Projeto Educativo do Agrupamento: Definição de metodologia de concretização e aprofundamento.

Neste âmbito, começou-se por referir que a proposta da direção é que o Projecto Educativo do Agrupamento (PEA) seja colocado à consideração da comunidade educativa no *site* da escola para que cada um possa dar o seu parecer.

A representante dos Encarregados de Educação, Paula Passarinho, referiu que na página 2 do PEA, no que se refere às Associações de Pais, aparece uma referência apenas às AEC, o que julga limitador pois uma AP é muito mais do que as AEC.

A Diretora, Professora Guilhermina solicitou aos presentes o envio por *email*, dirigido à Direção, com tudo o que não está incluído na proposta de Projeto Educativo do Agrupamento e cuja inclusão se considere pertinente.

A Professora Dora Félix, docente do 1º ciclo, apontou que no PEA não há em termos formais uma separação entre o pré-escolar e o 1º Ciclo pois há espaços e salas que estão repetidos. Aparecem plantas relativas à 2/3 e nas outras escolas não. É portanto necessária uma uniformização na apresentação dos espaços/escolas

Afirmou ainda que se verifica uma referência à criação das seis salas destinadas ao Pré para o Terrim, o que está desatualizado, pelo que julga não fazer sentido essa menção, já que essas salas funcionam na Escola Alberto Valente.

Interpelou ainda com a dúvida se os clubes no 2/3 ciclo ainda existem, o que no caso de não existirem significa a desatualização do PEA.

Foi ainda acentuado, quanto ao Enquadramento constante no PEA, que os dados são de 2001, pelo que face ao espaço temporal decorrido se impõe uma actualização com os dados entretanto disponíveis, em especial no que se refere ao enquadramento social e económico. Além disso, há que ter presente que noutros locais do PEA, se faz menção a dados mais recentes, por exemplo ao nº de habitantes, logo impõe-se a verificação destes dados.

Foi igualmente referido, da necessidade de fazer no PEA uma referência mais alargada a determinados aspectos, como por exemplo incluir a menção das salas de Ensino Estruturado que existem em todas as escolas e dos docentes de Educação Especial, que não são mencionados

Ainda neste âmbito, se referiu que os aspetos positivos nas grelhas estão pouco identificados. Já no que se refere aos aspetos negativos, acentua-se que as escolas rurais não têm recursos educativos, sendo necessários mais computadores.

A Professora Rosaria Arroja sugeriu que sejam retiradas as referências ao enquadramento legislativo, já que com a alteração dos diplomas isso significa a desactualização do PEA.

Informou ainda que no que diz respeito ao ASE, o número de beneficiários diminuiu devido à lei actualmente em vigor, mais especificamente baixou no 2º e 3º Ciclo mas aumentou no 1º ciclo.

A representante dos Encarregados de Educação, Paula Passarinho interrogou sobre a meta definida na página 44 para a participação dos Encarregados de Educação.

Neste âmbito o Presidente, Prof. José Sousa, pediu que fossem verificados os dados da participação dos EE nas Reuniões de Avaliação, para que haja um *feedback* da importância real da reunião. Afirmou-se neste âmbito que normalmente a DT transmite o que foi abordado, no entanto é de referir que no início das reuniões é feita uma avaliação em termos gerais à turma sendo que neste momento o representante de pais não está presente.

A Diretora, Professora Guilhermina esclareceu que a lei não prevê a presença do representante de pais nas reuniões de avaliação. O DT de turma convoca os EE para dar feedback do que se passa na turma.

A representante dos Encarregados de Educação, Elsa Santana, sublinhou que efectivamente a lei não prevê a participação dos REE nas reuniões ou Conselhos de Turma, se estes forem exclusivamente convocados para avaliação, mas como se sabe nem sempre é assim. No entanto há que suscitar uma questão simples mas pertinente, actualmente qual é o papel dos Representantes dos Encarregados de Educação na comunidade educativa?

A este respeito a Diretora, Professora Guilhermina referiu que quando há Conselhos de Turma intercalares ou outros os REE são convocados, além disso os EE podem solicitar reuniões ao DT.

Ainda neste âmbito, o Presidente, Prof. José Sousa, referiu que esta questão, da participação dos REE, já foi abordada no Conselho Pedagógico, não tendo sido considerada a presença necessária. Actualmente, a Direção limita-se a cumprir a legislação e a não ser que o Conselho Geral venha a considerar necessária a presença dos REE, estes continuam a não participar.

A Diretora, Professora Guilhermina, acentuou que ficou referido que não há incumprimento da legislação sobre o assunto.

Prosseguindo-se, a representante da CMP referiu que havendo resultados dos censos de 2011, se deve procurar que os dados de caracterização sejam revistos e não se apresentem desactualizados como é o caso, que são de 2007. Sublinhou ainda que os aspetos negativos e positivos não devem estar apenas focados nas questões físicas e nos aspetos materiais.

O Presidente, Prof. José Sousa, afirmou que o atual PE que está na página do agrupamento não tem título. Assim o actual desafio é que este PEA venha a ter um título.

O Presidente, Prof. José Sousa, suscitou ainda ao Conselho uma reflexão no âmbito da referência aos compromissos que estão na missão da directora do agrupamento. Apontou o Sucesso Escolar, a Disciplina, a Participação dos Alunos e a Auto avaliação.

Especificando, referiu que o PEA, não deve apenas definir finalidades, pelo que a sua estrutura deve reflectir os cinco compromissos assumidos, o que facilitaria a correspondente avaliação.

Referiu ainda que o PEA não deve ser demasiadamente extenso, pois tem de ser facilmente lido.

Já em âmbito de dados apresentados, referiu o seguinte: a taxa de pré-escolarização é de 2001, está pois desactualizada; o número de alunos aumentou no presente ano, facto que tem que ser referido no PEA, pois tem influência no número de docentes e não docentes; a população rural poderá ter diminuído, pelo que se deve confirmar junto da CMP e segurança social, que têm esses dados disponíveis; a Taxa de retenção repetida. Sintetizou, reiterando que se torna necessário apresentar os dados de forma fidedigna para se avaliar em que medida a escola é valorizada pelas famílias.

O Presidente, Prof. José Sousa, salientou ainda que tem dificuldade em detectar um fio condutor ao longo do documento, além disso gostava de ver evidenciada uma maior preocupação com o sucesso escolar dos alunos, e não só uma preocupação com os meios materiais. O documento não deve deixar dúvidas quanto às estratégias delineadas para melhorar o sucesso dos alunos.

O Presidente, Prof. José Sousa, prosseguiu, desta feita com um apelo, pedindo a todos os presentes um maior empenhamento e contribuição para o término do documento, acentuando da importância das reflexões entre reuniões.

Sugeriu que se trabalhe a partir do índice, notificando que até dia 28 de Fevereiro se enviem os contributos para a Diretora, Professora Guilhermina, pois posteriormente o PEA será submetido a um período de consulta pública, durante 30 dias.

De seguida registou-se a intervenção da representante do pessoal não docente, Clara, que afirmou não concordar com o registo na página 36 do PEA, que refere como aspecto negativo do pessoal não docente a “dificuldade no relacionamento entre si”. Considera a referência excessiva para traduzir alguns eventuais desacordos, que de forma alguma são “dificuldade de relacionamento” num grupo que até se pode considerar bom.

Como resposta o Presidente, Prof. José Sousa, sugeriu a respectiva proposta de alteração e não havendo mais assuntos no âmbito deste ponto, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 5. Apresentação das Associações de Pais e Encarregados de Educação: Iniciativas e Plano de Atividades.

Já em sede deste ponto o Presidente, Prof. José Sousa, deu a palavra a uma das representantes dos Encarregados de Educação, a representante Susana Oliveira, que tomou a palavra para fazer a apresentação das Associações de Pais.

Neste âmbito, a representante começou por explicar quais são as Associações, em que data foram formadas, como ocorre o seu funcionamento por ciclos e quais a sua rotatividade.

Quanto à actividade destas associações, verifica-se que esta está intimamente ligada com o conjunto de pais que se consegue angariar para integrar a associação. Assim, quando o grupo mobilizado é empenhado e dinâmico isso traduz-se imediatamente no aumento das iniciativas levadas a cabo pela Associação.

Contudo, a comunidade educativa deve ter presente que se não existissem Associações de Pais, as actividades asseguradas por estas Associações poderiam estar em causa.

Complementarmente, salientou que actualmente a grande maioria das Associações de Pais são simultaneamente entidades empregadoras, pois com a promoção assumida no âmbito do ATL e AEC, é significativo o número de funcionários dependentes, com um vínculo hierárquico e um horário de funcionamento.

Em sede de objectivos das associações de pais foram referidos como principais os seguintes: assegurar a efetiva participação nos pais na escola; prestar apoio à família nos horários não letivos; promover o acompanhamento escolar e promover iniciativas que aproximem as famílias da comunidade escolar.

Resumindo, as responsabilidades assumidas são para com os Alunos, para com os Encarregados de Educação, para com a Comunidade Educativa e ainda para com os Estabelecimentos de Ensino.

No que respeita à tipologia das actividades actualmente desenvolvidas pelas Associações de Pais, a representante referiu da existência de ATL e de Actividades Extracurriculares, que embora sendo de acesso facultado a todas as crianças, no entanto dependem da decisão dos pais. Apontou como exemplos dessas actividades o ballet, judo, *karaté*, dança jazz.

Abordou ainda as Actividades de Enriquecimento Curricular, e referiu igualmente as actividades de animação e apoio à família. Neste âmbito adiantou que apenas uma associação tem protocolo com a CMP. Referiu ainda a dinamização do bar da escola.

Prosseguindo, agora no âmbito das outras actividades desenvolvidas pelas associações de pais, foram ainda referidas as ações de formações para

Professores e ou Encarregados de Educação, referentes a temas muito diversificados, designadamente a dislexia ou a segurança na internet.

Salientou que é importante constatar o que está a ser feito no “terreno”. Exemplificou ainda com outras actividades, como por exemplo as hortas pedagógicas, as salas de estudo, ou ainda as sessões quinzenais nas escolas (gostar de mim /gostar dos outros) para colmatar os problemas de indisciplina.

Acrescentou da disponibilidade de uma *newsletter* mensal para divulgação de temas de interesse e informação à comunidade educativa.

Prosseguiu referindo a realização de uma acção de formação dirigida aos Representantes dos Encarregados de Educação de Turma, no que respeita à importância do seu empenhamento nas reuniões e correspondente feedback aos restantes pais. Neste processo, cada associação de pais, mobiliza os REE, explica-lhes quais as funções, que estratégias devem usar e como devem transmitir essa informação aos outros pais. A título de exemplo referiu-se a divulgação aos EE do PAA.

Informou igualmente da criação da Plataforma das Associações de Pais do Pinhal, destinada à análise em conjunto e troca de experiência, permitindo que se apurem e uniformizem os procedimentos e se melhorem as actividades de cada associação.

Acrescentou, que nas reuniões efetuadas se procura apurar a intervenção das associações e desenvolver uma consciência mais ampla de agrupamento, como tal transversal a todas as escolas. Na sequência deste desenvolvimento, conseguiu-se dinamizar uma entidade que estava pouco ativa, a UAPP União das Associações de Pais de Palmela. Nesta foi garantida a representação das associações do Pinhal Novo, o que não acontecia até então. Contacta-se atualmente já a partilha de informação.

Foram ainda levadas a cabo sessões de sensibilização, dentro dos estabelecimentos de ensino ou fora destes, nomeadamente sobre o sucesso escolar, promoção do sucesso escolar, preparação para os exames dos 4ºano. Estas sessões foram totalmente suportadas pelas respetivas associações de pais.

Foi ainda referida a participação em ações de solidariedade, por exemplo “como ajudar o Dinis”, em eventos, como por exemplo a Festa de Pijama, destinada a

preparar os alunos do 1º Ciclo para o ingresso no 2º ciclo envolvendo o testemunho de crianças que estão já no 2º ciclo.

A representante assinalou ainda as seguintes ações realizadas pelas associações: colocação de relva na Escola Salgueiro Maia; pintura mural na Escola Zeca Afonso; construção de um Telheiro na Escola Alberto Valente e na Escola Zeca Afonso.

Prosseguindo referiu o apoio financeiro dado na limpeza das escolas do campo, mas também na aquisição de cacifos e material de desporto na escola sede.

Em sede de limpeza de espaços escolares, foi referida a intervenção nos espaços utilizados nas suas atividades, mas também em outros espaços, quando requeridos e num espírito de colaboração.

Acentuou ainda que algumas das pessoas ao portão são funcionárias das Associações de Pais, acrescentando que as associações prestam ainda apoio no âmbito da vigilância nos intervalos e na ajuda nos almoços.

Continuando no âmbito do apoio dado pelas associações às escolas referiu: ajuda no material de desgaste, no material de higiene, ajuda com EE disponíveis.

Deu ainda conhecimento das iniciativas constantes no Projeto Educativo que visam trazer os EE e as famílias à Escola. A título de exemplo foi referida a iniciativa “ Quem conta um conto acrescenta um ponto” que visa trazer a família á escola.

Foram igualmente referidas algumas parcerias desenvolvidas pelas associações de pais, como por exemplo no âmbito da terapia da fala, e protocolos com as entidades como o PINED, entre outros.

O Presidente, Prof. José Sousa, perante esta tão ampla informação sobre a atuação das associações revelou que não tinha até ao momento noção de que era tão alargada a intervenção das associações de pais, e dos custos agregados correspondentes.

Esgotadas as intervenções no âmbito deste ponto, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 6. Apresentação dos índices de concretização da carta de missão da diretora do agrupamento entre maio de 2013 e dezembro de 2014

Em sede deste ponto, o Presidente, Prof. José Sousa, começou por recordar que já havia sido definida anteriormente uma equipa de trabalho para fazer uma primeira abordagem ao conteúdo funcional da carta de missão. Esta equipa constituída pelo Presidente, D. Edite, Carla Rosa, Elsa Santana e pela Inês, realizou uma reunião no final de novembro.

Foi estabelecido como objetivo que a carta tivesse mais dois campos para se poder avaliar o que estava em marcha. Foi acentuado que no âmbito das estratégias, estas são difíceis de avaliar quando os critérios não existem, contudo há alguns aspetos que já foram retificados outros que ainda não foram implementados.

Atendendo a que em certos pontos não há menção clara do que está a ser desenvolvido, foram solicitados os correspondentes esclarecimentos, pela Diretora.

A Diretora, Prof.^a Guilhermina procedeu aos seguintes esclarecimentos.

No âmbito da P2, sala de estudo com método, houve um aumento do número de alunos a frequentar a sala de estudo que inicialmente não foi bem aceite pelos professores. Contudo, hoje já esta implementado. Atenda-se que no final do ano letivo o balanço feito pelo coordenador da sala de estudo foi positivo. Complementarmente, será ainda feito um inquérito para aferir o grau de satisfação dos alunos.

Quanto à P3, esclareceu que as equipas de trabalho na componente não letiva estão a funcionar, estando já delineadas estratégias de sucesso e comportamento. Neste âmbito, foi assinalada a implementação de ação de formação para o pessoal não docente sobre maus tratos (sinalização).

No que se refere à P9, supervisão pedagógica dos coordenadores de departamento, referida acção formação em Palmela, envolvendo a coordenadora da BE e coordenadora do departamento línguas. Esta acção foi bastante apreciada, pelo que terá continuidade. Assinalado, que daqui resultaram algumas ideias relativamente ao trabalho de equipa.

Já no que diz respeito à P6, visita dos pais do 4º ano à Escola Sede, foi referido que visita será feita na primeira reunião com o DT. Anteriormente os Pais queixaram-se que certas salas estavam fechadas, este ano isso já foi possível acederem às salas.

Já no âmbito das visitas da Direção aos estabelecimentos de ensino, foi referido que dada a impossibilidade da Diretora realizar essas visitas as mesmas têm sido efetuadas pelos adjuntos. Assinalados, que existem problemas disciplinares com um grupo.

Em sede de P7, reforço as medidas corretivas e medidas sancionatórias, esclareceu que os pais mostraram-se agradados pelo facto de estas medidas passarem pelo serviço cívico, mesmo atendendo a que muitas das vezes chegaram a vir ao sábado porque a Prof.^a Natividade acompanha as obras.

No que diz respeito à participação dos alunos em âmbito de acolhimento / participação em âmbito social, é de registar que a participação é bastante substancial, como por exemplo nas seguintes acções: recolha de tampas, venda de velas, visitas aos centros de dia, entre outras.

Concluindo, a Diretora, Prof.^a Guilhermina, solicitou a indicação de um elemento do Conselho Geral que participe na avaliação interna, assinalando que o pessoal não docente e associação de pais devem fazer-se representar.

O Presidente, Prof. José Sousa, tomou a palavra e referiu que considerava que a Diretora, Prof.^a Guilhermina esclareceu e acrescentou os aspetos que já foram melhorados desde novembro a esta parte. O Presidente, Prof. José Sousa submeteu à consideração de todos os aspectos e esclarecimentos referidos.

Assinalou que em Outubro esta equipa voltará a reunir com a Diretora, Prof.^a Guilhermina, atendendo ao facto de que a monitorização é anual, voltará a verificar-se no final do ano.

A Prof.^a Dora, interpelou os presentes relativamente ao modo de verificação das actividades, afirmando que sendo certo que o “ok” significa que está a ser concretizada. No entanto, sugere que haja maior especificação no que se refere à dimensão da concretização ou da não concretização, pois no caso dos “NÃO”, pode acontecer que uma parte já está desenvolvida ou implementada.

O Presidente, Prof. José Sousa, acrescentou que é preciso estar mais próximo das escolas e acompanhar mais as escolas. Acentuou que há parcerias com a CPCJ, com a escola segura que acabam por ajudar.

Sublinhou ainda, que a equipa de trabalho reunirá em outubro de 2015 para reavaliar esta carta de missão e não havendo mais assuntos no âmbito deste ponto, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 7. Outros assuntos.

Já em sede de outros assuntos, a representante da Câmara Municipal de Palmela, Fernanda Rôlo, informou que está previsto o fornecimento do equipamento informático. Todavia, como este fornecimento será realizado através de leasing, ainda não existe data prevista para a entrega do equipamento. Espera-se que esta ocorra ainda este ano, sendo dado conhecimento à Direção antecipadamente.

Esclareceu também, que se prevê a dotação de um computador por sala para as escolas do 1º ciclo e para o pré escolar.

A representante da CMP, Fernanda Rôlo, deixou igualmente uma reflexão e um apelo, afirmando que a CMP tem pretendido manter as refeições aos alunos carenciados, também nas pausas letivas, contudo tem se registado uma fraca adesão ao projeto.

Este facto causa estranheza, apesar de incontestável que há um número alto de alunos carenciados. Por exemplo, embora se saiba que o Pinhal Novo tem muitos alunos carenciados, na pausa letiva do natal, unicamente, havia 5 alunos a almoçar.

Complementando esta informação, a Prof.^a Conceição interveio afirmando que tem 5 alunos com escalão A, porem quando lhes entregou o papel, todos o devolveram a dizer que não queriam. Afirmou ainda, que a média de consumo de leite escolar é reduzida, a de fruta também, o que é estranho pois a Prof.^a já provou ambos e são de qualidade.

Sintetizando, foi assinalado que é muito estranho que estejam identificados no agrupamento 480 alunos como carenciados e apenas 5 alunos venham almoçar

na interrupção letiva. Procurando-se uma resposta, foi suscitada a questão de tal se dever aos transportes, podendo ser que pelo facto de estes serem interrompidos esses alunos não poderem aceder ao espaço escolar.

Foi reafirmada a necessidades de estudar as rotinas familiares procurando uma resposta.

A representante da CMP, Fernanda Rolo, esclareceu que um fator explicativo poderá ser as distâncias entre vila e zona rural ou ainda, eventualmente pode aqui estar escondida uma situação de negligência, isto é, os alunos ficarem sozinhos em casa. A este propósito, referiu que foi identificado um caso na Escola Zeca Afonso.

Procurando apresentar uma forma de confirmar em concreto esta situação, a representante da AP, Susana Oliveira, sugeriu que se devia tornar obrigatória a justificação, por parte dos EE, das razões porque os seus educandos não necessitam de alimentação, nesses períodos. Adiantou ainda que poderão haver duas vertentes justificativas: ou a pessoa não tem necessidade e isso confirma-se pelos bens materiais evidenciados ou efectivamente a criança necessita e os pais não estão a acompanhar devidamente, pelo que devem ser imediatamente identificados.

A representante da CMP, Idalina, acrescentou ainda que no verão a situação é ainda mais preocupante, registaram-se somente 20 crianças a almoçar.

O Presidente, Prof. José Sousa, sublinhou que fica pois registado o apelo aos docentes para que passem esta mensagem no Conselho de Docentes.

A representante da AP, Elsa Santana, sublinhou que todos devem estar cientes que há actualmente muita gente a viver sem condições mínimas de subsistência e de higiene. Ninguém, que esteja atento, tem duvidas que há muitos Alunos em condições degradantes para o seu adequado desenvolvimento. Impõe-se pois uma atenção especial neste momento de particular sacrifício.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual vai assinada pelo Presidente do Conselho Geral, Prof. Jose Sousa, e pela representante dos EE, Elsa Santana, que secretariou a referida reunião.

O Presidente

A Secretária
